

COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO – CEG

Companhia Aberta
CNPJ 33.938.119/0001-69 NIRE 3330008217-4

Informações periódicas e eventuais em cumprimento aos artigos 6º, 9º, 10, 12, 13 e seguintes da Instrução Normativa CVM nº 481/2009.

Propostas da Administração
CEG

Informações relativas às propostas da administração, que serão submetidas à aprovação na AGO da Companhia, que será realizada em 30 de abril de 2021.

Proposta de Destinação do lucro líquido do exercício 2020
CEG

Informações relativas à proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2020, que será submetida à aprovação na AGO da Companhia, em cumprimento ao artigo 9º, § 1º, II, da Instrução Normativa CVM nº 481/2009 (anexo 9-1-II).

1. Informar o lucro líquido do exercício
O lucro líquido do Exercício correspondeu à: **R\$ 352.074.950,70**;
2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.
 - a) R\$ 47.005.294,27 destinados a distribuição como juros sobre o capital próprio (JCP) a todos os acionistas, que líquido de imposto representa R\$ 40.581.562,88 (aprovados na AGE em 03.12.2020). (R\$ 0,181050 bruto por ação);
 - b) R\$ 305.069.656,43 destinado a pagamento de dividendos do ano de 2020. (R\$ 1,175037 por ação).
3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído
O percentual do lucro líquido do Exercício a ser distribuído de acordo com a proposta corresponde a 100%.
4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores
Não há proposta de distribuição de dividendos com base em lucros de exercícios anteriores a 2019, apurados em balanços semestrais ou períodos menores.
5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:
 - a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Todas as ações da Companhia são ordinárias.

- R\$ 305.069.656,43 destinado a pagamento de dividendos do ano de 2019. R\$ 1,17503722 por ação.
 - b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio
 - a) Os juros sobre o capital próprio (JCP) serão pagos em parcela única em 30 de julho de 2021;
 - b) Os dividendos serão pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira parcela em 30 de julho e a segunda parcela em 15 de dezembro de 2021.
 - c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.
Não há incidência de atualização e juros sobre os JCP da Companhia.
 - d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.
Terão direito ao recebimento de Dividendos os acionistas da Companhia que detenham ações na data da AGO, qual seja 30/04/2021.
6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.
 - a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados
 - b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não se aplica. Não há proposta de distribuição de dividendos com base em lucros de exercícios anteriores a 2019, apurados em balanços semestrais ou períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:
- Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores
 - Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Comparativo de valores por ação (R\$)*	2020	2019	2018
Lucro do Exercício	1,35608758	1,43630125	0,66673752
Dividendos	1,17503722	0,09811202	0,98404112
JCP	0,18105036	0,28035139	0,32801973

*Todas as ações da Companhia são ordinárias

OBS: Para informação de JCP e Dividendos, foram excluídas as ações em tesouraria

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal
- Identificar o montante destinado à reserva legal:
 - Detalhar a forma de cálculo da reserva legal: Reserva legal: 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido para reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social integralizado; a reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido da reserva de capital, de que trata o parágrafo primeiro do art. 182 da Lei das Sociedades Anônimas, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

Não será constituída a reserva legal por já ter atingindo o limite máximo prescrito na lei 6.404/76 Art.193.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos
- Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
 - Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
 - Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
 - Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não se aplica. A Companhia possui apenas ações ordinárias.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

- Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Dividendos Obrigatórios: 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido do exercício após as deduções previstas no estatuto, e/ou acréscimos previstos no art. 202 da Lei das Sociedades Anônimas, conforme o caso deve ser distribuído na forma de dividendos a todos os seus acionistas, observada a legislação aplicável e as regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários.

- Informar se ele está sendo pago integralmente

O *payout* proposto corresponde a 100% do lucro do exercício, observados os descontos legais, atendendo-se ao mínimo legal e estatutário. Tais direitos estão sendo integralmente pagos a todos os acionistas.

- Informar o montante eventualmente retido

Não se aplica, não é proposta retenção de lucro.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- Informar o montante da retenção.
- Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos;
- Justificar a retenção dos dividendos

Não se aplica. Não foi proposta retenção do dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- Identificar o montante destinado à reserva
- Identificar a perda considerada provável e sua causa
- Explicar porque a perda foi considerada provável
- Justificar a constituição da reserva

Não se aplica. Não foi proposta retenção do lucro para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar
 - a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
 - b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reservaNão se aplica.
14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias.
 - a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
 - b. Identificar o montante destinado à reserva
 - c. Descrever como o montante foi calculadoNão se aplica. A companhia não possui reservas estatutárias.
15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital
 - a. Identificar o montante da retenção
 - b. Fornecer cópia do orçamento de capitalNão se aplica.
16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais
 - a. Informar o montante destinado a reserva.
 - b. Explicar a natureza da destinaçãoNão se aplica.

Proposta de Eleição dos Membros do Conselho de Administração e da Instalação e eleição dos Membros do Conselho Fiscal **CEG**

Informações relativas à eleição dos membros da Administração e do Conselho Fiscal, que será submetida à aprovação na AGO da Companhia, em cumprimento ao artigo 10 da Instrução Normativa CVM nº 481/2009.

Eleição dos Membros do Conselho de Administração

O Acionista Fundo de Investimento em Ações Dinâmica Energia (detentor de 8,8% das ações da companhia) requereu, de forma regular, à Companhia, a adoção do procedimento de voto múltiplo e indicou os Srs. Manoel Eduardo Lima Lopes e José João Abdalla Filho, para serem eleitos aos cargos de Conselheiros de Administração Efetivo e Conselheiro de Administração Suplente, respectivamente, e requereu a sua inclusão no Boletim de Voto à Distância da AGO da Companhia.

O Acionista Fundo de Investimento em Ações Dinâmica Energia e o Acionista Pluspetrol Energy S/A (detentor de 2,2% das ações da Companhia), podem indicar, cada um deles, 01 representante para integrar o Conselho de Administração e seus respectivos suplentes, segundo a aplicação da regra do voto múltiplo, já requerida conforme acima exposto, nos termos do art. 141 da Lei 6.404/76.

O Acionista BNDESPAR (detentor de 34,5% das ações da Companhia) também poderá indicar 01 representante para integrar o Conselho de Administração, segundo a aplicação da regra do voto múltiplo, e mais 03 representantes em conformidade com o Acordo de Acionistas de que é parte, podendo indicar no total 04 membros efetivos e seus respectivos suplentes, para integrar o Conselho de Administração da Companhia. Ocorrendo a eleição pelo processo de voto múltiplo o Conselho de Administração da Companhia será composto por 12 (doze) assentos.

Eleição dos Membros do Conselho Fiscal

Conforme previsão estatutária, o Conselho Fiscal, não permanente, poderá ser instalado para funcionamento pelo prazo de 01 ano, respeitado o prazo do mandato previsto para o cargo de Conselheiro Fiscal.

Conforme previsão em Acordo de Acionistas vigente, o Acionista BNDESPAR (detentor de 34,5% das ações da Companhia) poderá indicar 01 representante e seu respectivo suplente, para integrar o Conselho Fiscal da Companhia, que deve ser instalado com 03 (três) assentos efetivos e seus respectivos suplentes. Os demais assentos efetivos e respectivos suplentes deverão ser preenchidos por indicação do acionista controlador Naturgy Distribución Latioamérica S/A.

Até o momento da divulgação dessa Proposta da Administração para AGO o Acionista BNDESPAR não formalizou nenhuma indicação de candidatos aos referidos órgãos da Administração.

Informações dos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela: **a.** nome; **b.** idade; **c.** profissão; **d.** CPF ou número do passaporte; **e.** cargo eletivo ocupado; **f.** data de eleição; **g.** data da posse; **h.** prazo do mandato; **i.** outros cargos ou funções exercidos no emissor; **j.** indicação se foi eleito pelo controlador ou não, **k.** se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência; **l.** número de mandatos consecutivos;

INDICADOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CEG										
Nome	Idade	Profissão	CPF/Passaporte	Cargo	Eleição e Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos/ Funções	Conselheiro Indicado pelo acionista controlador	Membro Independente e Critério	Número de mandatos consecutivos
MEMBROS EFETIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO										
Antonio Gallart Gabás	61	Engenheiro	-	Presidente do Conselho	30/04/2021	29/04/2022	Não	Sim	Não. Ocupa cargo no controlador.	3
Katia Brito Repsold	48	Engenheira	028.239.027-83	Efetivo	30/04/2021	29/04/2022	DIR	Sim	Não. Ocupa cargo no emissor.	4
Anna Maria Bittencourt da Silva Ruivo	42	Contadora	078.655.447-90	Suplente	30/04/2021	29/04/2022	GER	Sim	Não. Ocupa cargo no emissor.	2
Márcio Gomes Vargas	46	Contador	022.400.247-39	Suplente	30/04/2021	29/04/2022	DIR	Sim	Não. Ocupa cargo no emissor.	2
Rafael Pablo Salas Cox	65	Advogado	-	Efetivo	30/04/2021	29/04/2022	Não	Sim	Não. Ocupa cargo no controlador.	4
Gonzalo Ignacio Soto Serdio	44	Engenheiro	-	Efetivo	30/04/2021	29/04/2022	Não	Sim	Não. Ocupa cargo no controlador.	4
Manoel Eduardo Lima Lopes	78	Contador e Advogado	046.227.237-00	Efetivo	30/04/2021	29/04/2022	Não	Não	Não. Ocupa cargo no acionista que o indica.	2
MEMBROS SUPLENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO										
Eduardo Cardenal Rivera	50	Engenheiro	060.414.757-00	Suplente	30/04/2021	29/04/2022	DIR	Sim	Não. Ocupa cargo no emissor.	2
Bianca Giovanna Wanderley Mascaro	42	Administradora	269.781.178-89	Suplente	30/04/2021	29/04/2022	DIR	Sim	Não. Ocupa cargo no emissor.	2
Rafael dos Santos Ferreira	41	Contador	052.566.177-88	Suplente	30/04/2021	29/04/2022	GER	Sim	Não. Ocupa cargo no emissor.	2
Rita Ruiz de Alda Iparraguirre	34	Economista	-	Suplente	30/04/2021	29/04/2022	Não	Sim	Não. Ocupa cargo no emissor.	4
Bruna Maria Guimarães de Souza	34	Advogada	114.427.107-05	Suplente	30/04/2021	29/04/2022	DIR	Sim	Não. Ocupa cargo no emissor.	3
Christiane Delart	41	Engenheira	051.941.687-21	Suplente	30/04/2021	29/04/2022	DIR	Sim	Não. Ocupa cargo no emissor.	3
José João Abdalla Filho	76	Economista	245.730.788-00	Suplente	30/04/2021	29/04/2022	Não	Não	Não. Ocupa cargo no acionista que o indica.	9

DIR – Diretoria
GER – Gerência

INDICADOS AO CONSELHO FISCAL DA CEG										
Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Eleição e Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos/ Funções	Conselheiro Indicado pelo acionista controlador	Membro Independente e Critério	Número de mandatos consecutivos
MEMBROS EFETIVOS DO CONSELHO FISCAL										
Renato Achutti	58	Engenheiro	334.651.420-04	Efetivo	30/04/2021	29/04/2022	Não	Sim	n.a	13
Felipe Kfuri Moreira da Silva	43	Advogado	028.532.207-96	Efetivo	30/04/2021	29/04/2022	Não	Sim	n.a	13
MEMBROS SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL										
Paulo Andrade Rodrigues	66	Contador	093.083.427-53	Suplente	30/04/2021	29/04/2022	Não	Sim	n.a	6
Wagner Mendes Costa	73	Engenheiro	100.989.507-97	Suplente	30/04/2021	29/04/2022	Não	Sim	n.a	2

n.a – não aplicável

m. informações sobre: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa; cargo; se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor; ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor;

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – EFETIVOS

ANTONIO GALLART GABÁS

Presidente do Conselho de Administração

Nascido em Lleida, em 1960, é formado em Engenharia Industrial, com especialização em Organização Industrial, pela Universidad Politécnica de Cataluña e MBA pela IESE Business School (universidade de Navarra). Atuou no setor de produtos químicos na empresa Air Products and Chemicals, onde foi vice-presidente e na Carburos Metálicos, onde foi Chefe de Divisão e Diretor Administrativo de algumas de suas afiliadas. Ingressou no Grupo Gas Natural Fenosa atualmente denominado Naturgy em outubro de 2007, onde atualmente atua como Diretor Administrativo de Recursos.

KATIA BRITO REPSOLD

Formada em Engenharia Industrial Mecânica em 1992 e Mestre em Tecnologia Mecânica ambos pela CEFET em 1999, ingressou no Grupo Gás Natural em 2001, onde atuou na área de gestão de redes ocupando o cargo de Diretora de Gestão de Redes; assistência a clientes, onde ocupou o cargo de Diretora de Serviços a Clientes, implementação de sistemas da qualidade, tendo atuado também em diversas empresas tais como Exaplas Resinta Produtos Plásticos Ltda. e CBV Indústria Mecânica S/A.

RAFAEL PABLO SALAS COX

Nascido em 1964 é advogado formado pela Pontifícia Universidade Católica do Chile. Especialista em direito público e regime jurídico de concessionárias de serviços públicos de gás e eletricidade. Com 30 anos de experiência no grupo CGE, adquirido pela Naturgy em 2014, atualmente ocupa o cargo de Diretor Sul – América Latina (Chile, Brasil, Argentina e Peru) dos Serviços Jurídicos do Grupo Gas Natural Fenosa atualmente denominado Naturgy.

GONZALO IGNACIO SOTO SERDIO

Nascido no Chile em 1975, é engenheiro civil industrial pela Pontifícia Universidade Católica do Chile. Possui experiência em logística, área comercial e finanças. Foi Diretor em empresas de energia elétrica, gás liquefeito e gás natural no Chile e na Argentina. Está no Grupo CGE do Chile há mais de 18 anos, o qual foi adquirido pelo Grupo Gás Natural Fenosa, atualmente denominado Naturgy, em 2014, ocupando atualmente o cargo de Diretor Econômico Financeiro para o Chile.

MÁRCIO GOMES VARGAS

Nascido no Rio de Janeiro em 1973, é contador formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Possui especialização em Finanças (MBA Finanças Corporativas-FGV). Ingressou na Companhia em 2007 tendo ocupado os cargos de Gerente de Finanças, Gerente de Contabilidade e atualmente ocupa o cargo de Gerente de Controller. No Instituto de Seguridade Social da CEG – GASUS foi membro efetivo do Conselho Fiscal de 2008 a 2010, desde 2016 é Diretor Superintendente.

ANNA MARIA BITTENCOURT DA SILVA RUIVO

Nascida no Rio de Janeiro em 1978, é contadora formada pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Júnior. Possui MBA em Finanças Controladoria e Auditoria e MBA em Administração de Empresas e Negócios ambos pela FGV/RJ. Ingressou no Grupo Naturgy em 2004 na área de Controle de Gestão passando pelos cargos de analista de custo, especialista de controle de gestão, coordenadora de controle de gestão, sendo atualmente responsável pela gerência do setor.

MANOEL EDUARDO LIMA LOPES

Nascido no Rio de Janeiro em 07.07.1943, é Contador e Advogado, foi Conselheiro Fiscal Efetivo na CEG, Superintendente de Controle Banco Estado Rio de Janeiro, Auditor Geral Banco do Estado do Rio de Janeiro, atualmente ocupa o cargo de Diretor no Banco Clássico S/A., é Conselheiro Fiscal na Engie Brasil Energia S/A, e Conselheiro Fiscal na Kepler S/A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - SUPLENTES**EDUARDO CARDENAL RIVERA**

Nascido em Barcelona, Espanha, em 18/07/1968, é formado em engenharia industrial pela Escola Técnica Superior de Engenheiros Industriais de Barcelona. Em 2008 concluiu especialização na IESE – Business School – SP. Ingressou no Grupo Gas Natural Fenosa em 1998, atuando como Gerente Comercial na Gás Natural México (1998-2000), Gerente de Grandes Clientes na Gas Natural Metrogas - ME (2000-2002), Gerente de Assistência Técnica à Clientes (2002-2003), Gerente na Gas Natural COML – Madri (2003-2006), ocupou o cargo de Diretor Geral da Companhia Gás Natural São Paulo Sul (2007-2012), e em 2009 assumiu também a Diretoria Comercial da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG e da CEG RIO S/A, acumulando os cargos até 2012, passando a Diretor de Operações da CEG em 2017.

CHRISTIANE DELART

Nascida no Rio de Janeiro em 1978, é Engenheira Civil com MBA em Gestão Empresarial e Pós-graduação em Engenharia de Dutos. Há 20 anos no Grupo Gas Natural Fenosa, atualmente denominado Naturgy, passou pelas áreas de Operações domiciliares, Atendimento a Clientes, Exploração de gás e atualmente é Gerente de Gestão do Sistema de Distribuição.

BIANCA GIOVANNA WANDERLEY MASCARO

Formada em Administração de Empresas pela PUC/RJ, com MBA em Marketing pela COPPEAD e PMD pelo ISE/IESE, além de diversos cursos técnicos e de liderança. Atuou nas áreas de marketing de empresas como a Shell Brasil, Chevron e grupo Ultra/Ipiranga. Ingressou na Gas Natural Fenosa como Coordenadora de Marketing, posteriormente assumiu a liderança da equipe de Expansão e Nova Construção sendo responsável pelo planejamento da expansão doméstico/ comercial e das atividades de marketing. Atuou na estrutura América Latina do Grupo como responsável por Promoção de Gás nos países da região: Argentina, Brasil, Colômbia e México. Posteriormente assumiu a operação da unidade de negócios minoristas (liberizados) no Brasil.

RAFAEL DOS SANTOS FERREIRA

Nascido no Rio de Janeiro em 1979, é contador formado pela Universidade Cândido Mendes. Possui M.B.A em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela FGV, M.B.A em Gestão de Negócio pela IBMEC Business School, além de PMD II 2015 – Program for Management Development da ISE Business School São Paulo, Brasil / Barcelona, Espanha. Ingressou no grupo Naturgy como menor aprendiz em 1995, na gerência de finanças ocupou diversos cargos desde especialista em finanças até assumir a gerência da área, cargo que ocupa atualmente. Atuou como Conselheiro Fiscal do Gasius - Instituto de Seguridade Social da CEG entre 2013 a 2016 e atualmente ocupa o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto.

BRUNA MARIA GUIMARÃES DE SOUZA

Nascida no Rio de Janeiro em 1985, é formada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Entre 2007 e 2010 atuou na Diretoria de Regulação da área de Telecomunicações na empresa Telemar Norte Leste S/A. Ingressou no Grupo Gas Natural Fenosa atualmente denominado Naturgy em 2012, na Diretoria de Serviços Jurídicos atuando na área de direito público com foco na regulação do serviço público de distribuição de gás canalizado, realizando a interface entre as Concessionárias CEG e CEG RIO e a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA). Em 2017, assumiu função de Coordenadora Jurídica, fazendo a gestão de temas e processos estratégicos das empresas do Grupo. É Conselheira Suplente do Gasius, certificada como Conselheira com Ênfase em Administração pelo ICSS até junho de 2021 (Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social).

JOSE JOÃO ABDALLA FILHO

Nascido em São Paulo em 30/05/1945 é Economista formado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, banqueiro e empresário em diversos ramos de atividade tais como imobiliário, mineração e outros. É Diretor Presidente do Banco Clássico S/A e da Social S/A Mineração e Intercambio Comercial e Industrial.

CONSELHO FISCAL - EFETIVOS**RENATO ACHUTTI**

Nascido no Rio Grande do Sul em 02.05.1957. CPF/MF nº 334.651.420-04. Formado em engenharia mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 1981, MBA em Finanças pelo IBMEC-RJ, em 1990 e Pós-graduado em Marketing estratégico pela FGV/RJ em 1997. Atuando nas áreas Bancária, Financeira, Mercado de Capitais e Controladoria desde 1985, trabalhou em diversas empresas tais como Banco ABN AMRO S/A, Grupo Mesbla e na Companhia Distribuidora de Gás do Rio

de Janeiro - CEG. Atualmente atua como Gerente Administrativo de uma Fundação de Pesquisa e Controle do Câncer. É membro dos Conselhos Fiscais da empresa CEG RIO S/A e da CEG desde 2008.

FELIPE KFURI MOREIRA DA SILVA

Nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 01.09.1972. CPF/MF nº 028.532.207-96. Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Mestre em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Experiência profissional como advogado, com ênfase na área de infra-estrutura (petróleo, gás, energia, rodovias, ferrovias e terminais portuários, entre outras): (i) 3 anos na Sociedade Michelin de Participações Ind. e Com. Ltda.; (ii) 5 anos na Sepetiba Tecon S.A., Terminal de Contêineres do Porto de Sepetiba, tendo como acionistas, à época, a Cia. Siderúrgica Nacional e a Cia. Vale do Rio Doce; (iii) 3 anos no Escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados; (iv) Atual: Schmidt, Valois, Miranda, Ferreira e Agel Advogados. É membro dos Conselhos Fiscais da empresa CEG RIO S/A desde 2009 e da CEG desde 2008.

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES

PAULO ANDRADE RODRIGUES

Nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 19.01.1947. CPF/MF nº 093.083.427-53. Graduado em Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Moraes Junior em 30.09.1977. Funcionário da CEG desde setembro de 1961, passando a exercer a função de Contador no período de 1987 até sua aposentadoria em março de 2009. Membro do Conselho Fiscal da empresa CEG RIO S/A desde 2009.

WAGNER MENDES COSTA

Nascido em Minas Gerais, viúvo, engenheiro mecânico, 04/08/1946, Ingressou na Companhia ainda Estatal em 1973 como engenheiro, permaneceu na Companhia após a sua privatização e foi chefe da Divisão de Análise Econômica, Gerente dos Departamentos de Controle e Financeiro, Diretor Financeiro, Gerente de Relações Trabalhistas, e Gerente de Fundos de Pensão até Janeiro de 2018. Foi Diretor Superintendente do Instituto de Seguridade Social da CEG – GASIUS pelo período de junho de 2004 a junho de 2016. Posteriormente ocupou o cargo de membro suplente do Conselho Deliberativo do GASIUS com mandato de junho de 2016 a janeiro de 2018.

n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

A Companhia não tem ciência de qualquer dos eventos enumerados neste item.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Conselheiro de Administração Efetivo	Participação em reuniões em 2020		
	Data da posse	Fim do Mandato	Percentual de Participação
Antonio Gallart Gabás	29/04/2020 (reeleito)	28/04/2021	100%
Katia Brito Repsold	29/04/2020 (reeleito)	28/04/2021	100%
Gonzalo Soto Serdio	29/04/2020 (reeleito)	28/04/2021	100%
Rafael Pablo Salas Cox	29/04/2020 (reeleito)	28/04/2021	100%
Anna Maria Bittencourt da Silva Ruivo	29/04/2020	28/04/2021	100%
Rita Ruiz	25/04/2019 (reeleita)	24/04/2020	0%
Bruno Ambrust	25/04/2019 (reeleito)	24/04/2020	100%
Miguel Gustavo Occhipinti	29/04/2020 (reeleito)	28/04/2021	100%
José Pais Rangel	29/04/2020 (reeleito)	30/06/2020	100%
Manoel Eduardo Lima Lopes	30/06/2020	28/04/2021	100%
Alvaro de Sá Bahia	29/04/2020 (reeleito)	28/04/2021	100%
Fábio Malina Losso	29/04/2020 (reeleito)	28/04/2021	100%
Patrícia Gracindo Marques de Assis Bentes	29/04/2020 (reeleito)	28/04/2021	100%
Jaime Leôncio Singer	03/12/2020	28/04/2021	100%
Renata Bezerra Cavalcanti	25/04/2019	24/04/2020	100%
Regina Helena Jorge Nunes	25/04/2019	24/04/2020	95%

Conselheiro Fiscal	Participação em reuniões em 2020		
	Data da posse	Fim do Mandato	Percentual de Participação
Murici dos Santos	29/04/2020 (reeleito)	28/04/2021	100%
Renato Achutti	29/04/2020 (reeleito)	28/04/2021	100%
Felipe Kfuri Moreira da Silva	29/04/2020 (reeleito)	28/04/2021	100%

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não há comitês estatutários, de riscos, financeiro e de remuneração instalados na companhia.

Com relação ao Comitê de Auditoria Não Estatutário, a eleição dos membros é realizada em Reunião de Conselho de Administração e não em Assembleia de Acionistas, não sendo ainda conhecidos os membros que serão indicados à eleição para um próximo mandato.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer: a. currículo, contendo as seguintes informações: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo; atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou

superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor; **ii.** indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Informações apontadas acima.

Os diretores, e também os conselheiros fiscais e de administração indicados a eleição, não possuem ações da Companhia, destacando que a companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: **a.** administrador do emissor; **b. (i)** administradores do emissor e **(ii)** administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; **c. (i)** administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e **(ii)** controladores diretos ou indiretos do emissor; **d. (i)** administradores do emissor e **(ii)** administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

Não há relação conjugal ou grau de parentesco em nenhuma das relações acima mencionadas.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 03 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Não há sociedade controlada direta ou indiretamente pela Companhia.

b. controlador direto ou indireto do emissor

Há grau de subordinação entre as Diretorias da Companhia e a Diretoria para a América Latina mantida pelo Grupo Controlador Naturgy Energy Group.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Não há.

Proposta de Remuneração dos Membros da Administração

CEG

Informações relativas à remuneração da Administração e do Conselho Fiscal, que será submetida à aprovação na AGO da Companhia, em cumprimento ao artigo 12 da Instrução Normativa CVM nº 481/2009.

Proposta de Remuneração do Conselho de Administração

Será proposta a remuneração global anual para os membros efetivos do Conselho de Administração no valor de R\$ **2.392.635,77**.

Proposta de Remuneração do Conselho Fiscal

Será proposta a remuneração global anual para os membros efetivos do Conselho Fiscal no montante de R\$ **278.216,60**.

Proposta de remuneração da Diretoria

Será proposta a remuneração global anual para os membros da Diretoria no montante de R\$ **6.453.326,00**.

Informações do item 13 do Formulário de Referência

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui uma Política de Remuneração formalmente aprovada por órgão de governança de sua estrutura, não havendo sua divulgação via internet.

Os membros efetivos do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Não Estatutário, e do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal fixada pela Assembleia de Acionistas anualmente.

A Companhia possui para a diretoria um plano de remuneração variável atrelado aos desempenhos globais, avaliados ao final de cada ano a partir de metas operacionais e objetivos estabelecidos no início do ano, bem como em função dos lucros e resultados obtidos pela empresa em cada ano.

- b. composição da remuneração, indicando: **i.** descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles; **ii.** qual a proporção de cada elemento na remuneração total; **iii.** metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; **iv.** razões que justificam a composição da remuneração; **v.** a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.

A proposta prevê redução fixação dos valores da remuneração do Conselho de Administração em 40%, e manutenção do Comitê de Auditoria Não Estatutário e do Conselho Fiscal da Companhia.

Os Conselheiros de Administração indicados pelo acionista BNDESPAR, que integrarem o seu corpo de funcionários, não receberão remuneração por força de política interna do acionista. Os membros independentes farão jus a remuneração.

A Companhia aplica para a diretoria um plano de remuneração variável atrelado a metas operacionais e vinculado aos lucros e resultados da companhia. No início de cada ano são estabelecidos os objetivos e as metas de desempenho operacionais a serem atingidos, as quais são avaliadas ao final de cada ano a partir da apuração do atingimento das metas e dos lucros reais da Companhia. A proporção relativa a remuneração variável está descrita no item d a seguir.

- c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;

Não são levados em conta indicadores de desempenho na determinação da remuneração do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Não Estatutário e do Conselho Fiscal.

Com relação à Diretoria, os indicadores de desempenho são o cumprimento de metas operacionais, financeiras e de segurança e saúde. Nas avaliações são levadas em consideração, ainda, o trabalho em equipe, gestão de pessoas, orientação ao cliente interno e externo e preparação para a integração. Estes critérios de avaliação também são aplicados ao nível gerencial da empresa.

- d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;

Não são levados em conta indicadores de desempenho na determinação da remuneração do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Não Estatutário e do Conselho Fiscal.

Com relação à Diretoria, os indicadores de desempenho são o atingimento de metas operacionais e financeiras. Nas avaliações são levadas em consideração, ainda, o trabalho em equipe, gestão de pessoas, orientação ao cliente interno e externo e preparação para a integração. Estes critérios de avaliação também são aplicados ao nível gerencial da empresa.

A remuneração variável é calculada da seguinte forma:

Objetivos econômicos do Grupo: 90% do total a ser recebido a título de remuneração variável. Contempla os objetivos a serem desenvolvidos durante o ano.

Atuação profissional: 7% do total a ser recebido a título de remuneração variável. Contempla os objetivos comportamentais, tais como: trabalho em equipe, gestão de pessoas, orientação ao cliente interno e externo e preparação para a integração.

Objetivos Segurança e Saúde: 3% do total a ser recebido a título de remuneração variável. Contempla o atingimento de metas de segurança e saúde.

- e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo;

Para o Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Não Estatutário e o Conselho Fiscal observa-se o objetivo de manter uma remuneração justa, cumprindo-se a legislação societária no que couber.

Com relação à remuneração da Diretoria, a estruturação da política de remuneração variável da empresa procura incentivar a rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela empresa, o atendimento às normas e regulamentos da concessão dos serviços e a valorização e respeito às pessoas e aos clientes.

- f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos;

Não há subsidiárias ou controladas. Não há remuneração suportada por controladores diretos ou indiretos.

- g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Com relação ao Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Não Estatutário e ao Conselho Fiscal, não há benefícios vinculados à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor. Em qualquer caso, conforme determinação estatutária, a remuneração deverá ser fixada pela Assembleia Geral, e quando fixada de forma global, a distribuição individual poderá ser deliberada pelo Conselho de Administração.

Com relação à Diretoria, é necessário observar que recebimento da remuneração variável é um direito líquido e certo em caso de qualquer mudança do controlador, alterações de diretrizes internas, mudança ou rebaixamento de posição hierárquica, bem como de qualquer reorganização societária, fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra operação societária.

- h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando: i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam; ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos; iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

Conforme determinado no Estatuto Social da Companhia, e em observância da Lei 6.404/76, a remuneração da Administração é fixada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária de Acionista, que fixa a remuneração individual dos Conselheiros de Administração, reservando para si tal competência, a qual não é delegada ao Conselho de Administração.

A Companhia não possui uma política de remuneração formalmente aprovada, não há outros órgãos ou comitês instituídos para a tomada de decisão relacionada à fixação de remuneração a administração e não são comumente utilizados estudos para verificação de práticas de mercado.

Para a remuneração do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Não Estatutário e Fiscal, em geral, é aplicado índice de correção monetária anual, observando-se o disposto no artigo 162, § 3º da Lei 6.404/76 no que se refere ao Conselho Fiscal.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 03 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: **a.** órgão; **b.** número de membros; **c.** remuneração segregada em: **(i)** remuneração fixa anual, segregada em: salário ou pró-labore; benefícios diretos e indiretos; remuneração por participação em comitês; outros; **(ii)** remuneração variável, segregada em: bônus; participação nos resultados; comissões; outros; **(iii)** benefícios pós-emprego; **(iv)** benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Os membros efetivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos, acima requeridos, para a composição de sua remuneração, apontando-se abaixo a remuneração fixa anual global.

Remuneração do Conselho Fiscal CEG* (R\$)			
Global ano			
2018	2019	2020	2021**
257.080,42	266.720,93	278.216,60	278.216,60

Remuneração do Conselho de Administração CEG* (R\$)			
Global ano			
2018	2019	2020	2021**
2.210.866,60	2.293.774,10	2.392.635,77	2.392.635,77

**Proposta. Não inclui encargos. Manutenção dos valores do ano anterior.

Abaixo as informações relativas à remuneração da Diretoria:

Diretoria Executiva (R\$)		2019	2020	2021**
Número de membros**		8	8	8
Número de membros remunerados		8	8	8
Remuneração Fixa Anual		3.999.193	4.474.645	4.474.645
	Salário ou pró-labore	3.378.027	3.681.370	3.681.370
	Benefícios diretos e indiretos	621.166	793.274	793.274
Remuneração Variável (em Reais)		832.109	1.208.147	1.208.147
	Bônus	664.987	1.208.147	1.208.147
	Outros	167.122	0	0
Benefícios pós-emprego		601.472	363.236	363.236
Total		5.432.773	6.046.027	6.046.027

** Diretores Estatutários (eleitos). Proposta: Manutenção dos valores do ano anterior

Acrescidos dos encargos trabalhistas vigentes. Redução da quantidade de membros e previsão e ajuste de inflação

(v) remuneração baseada em ações

Não há remuneração baseada em ações.

d. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Proposta de Remuneração (R\$)	Nº membros	Nº membros remunerados	2018	2019	2020	2021**
Conselho de Administração	12	12	2.210.866,60	2.293.774,10	2.392.635,77	2.392.635,77
Conselho Fiscal	3	3	257.080,42	266.720,93	278.216,60	278.216,60
Diretoria	4	4	7.664.317,00	5.432.773	6.453.326	6.453.326

**Proposta. Manutenção dos valores do ano anterior

e. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Proposta de Remuneração (R\$)	Nº membros	Nº membros remunerados	2018	2019	2020	2021**
Conselho de Administração	12	12	2.210.866,60	2.293.774,10	2.392.636	2.392.636
Conselho Fiscal	3	3	257.080,42	266.720,93	278.217	278.217
Diretoria	10	8	7.664.317	5.432.773	6.046.027	6.046.027
Total	25	23	10.132.264,02	7.993.268,03	8.716.880	8.716.880

**Proposta. Manutenção dos valores do ano anterior

13.3. Em relação à remuneração variável dos 03 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: **a.** órgão; **b.** número de membros; **c.** em relação ao bônus: **(i)** valor mínimo previsto no plano de remuneração; **(ii)** valor máximo previsto no plano de remuneração; **(iii)** valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; **(iv)** valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais; **d.** em relação à participação no resultado: **(i)** valor mínimo previsto no plano de remuneração; **(ii)** valor máximo previsto no plano de remuneração; **(iii)** valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; **(iv)** valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais;

Os membros efetivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem apenas honorários fixos mensais. Não recebem qualquer remuneração variável quer vinculada a desempenho, quer vinculada a lucros e resultado. Abaixo as informações relativas à remuneração da Diretoria:

Diretoria Executiva	2021(Previsão)**	2020	2019	2018
Número de membros	8	8	8	10
Bônus	1.208.147	1.208.147	664.987	1.086.727
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	42.816	42.816	12.978	29.969
Valor máximo previsto no plano de remuneração	570.968	570.968	184.725	323.643
Valor previsto por metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação no Resultado	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto por metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	0	0	167.122	345.436

**Proposta: Manutenção dos valores do ano anterior.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever: **a.** termos e condições gerais; **b.** principais objetivos do plano; **c.** forma como o plano contribui para esses objetivos; **d.** como o plano se insere na política de remuneração do emissor; **e.** como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo; **f.** número máximo de ações abrangidas; **g.** número máximo de opções a serem outorgadas; **h.** condições de aquisição de ações; **i.** critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício; **j.** critérios para fixação do prazo de exercício; **k.** forma de liquidação; **l.** restrições à transferência das ações; **m.** critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano; **n.** efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social¹

A companhia não possui regra de remuneração aos órgãos da administração com base em ações ou outros valores mobiliários.

Não há outros valores mobiliários emitidos pelo emissor, além das ações ordinárias. Não há subsidiárias ou controladas.

Órgão da Administração	Total de Ações
Conselho de Administração	0
Diretoria Executiva	0
Conselho Fiscal	0

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: **a.** órgão; **b.** número de membros; **c.** em relação a cada outorga de opções de compra de ações: **(i)** data de outorga; **(ii)** quantidade de opções outorgadas; **(iii)** prazo para que as opções se tornem exercíveis; **(iv)** prazo máximo para exercício das opções; **(v)** prazo de restrição à transferência das ações; **(vi)** preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: em aberto no início do exercício social; perdidas durante o exercício social; exercidas durante o exercício social; expiradas durante o exercício social; **d.** valor justo das opções na data de outorga; **e.** diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas.

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: **a.** órgão; **b.** número de membros; **(i)** quantidade; **(ii)** data em que se tornarão exercíveis; **(iii)** prazo máximo para exercício das opções; **(iv)** prazo de restrição à transferência das ações; **(v)** preço médio ponderado de exercício; **(vi)** valor justo das opções no último dia do exercício social; **d.** em relação às opções exercíveis: **(i)** quantidade; **(ii)** prazo máximo para exercício das opções; **(iii)** prazo de restrição à transferência das ações; **(iv)** preço médio ponderado de exercício; **(v)** valor justo das opções no último dia do exercício social; **(vi)** valor justo do total das opções no último dia do exercício social.

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

¹ Para evitar a duplicidade, quando uma mesma pessoa for membro do conselho de administração e da diretoria, os valores mobiliários por ela detidos devem ser divulgados exclusivamente no montante de valores mobiliários detidos pelos membros do conselho de administração.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: **a.** órgão; **b.** número de membros; **c.** em relação às opções exercidas informar: **(i)** número de ações; **(ii)** preço médio ponderado de exercício; **(iii)** valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; **d.** em relação às ações entregues informar: **(i)** número de ações; **(ii)** preço médio ponderado de aquisição; **(iii)** valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas.

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: **a.** modelo de precificação; **b.** dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; **c.** método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado; **d.** forma de determinação da volatilidade esperada; **e.** se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

Não se aplica. Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela: **a.** órgão; **b.** número de membros; **c.** nome do plano; **d.** quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; **e.** condições para se aposentar antecipadamente; **f.** valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; **g.** valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; **h.** se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.

Diretoria Executiva		
	2020	2021
Número de membros	8	8
Nome do Plano de Previdência	Gasius e Naturalprev	Gasius e Naturalprev
Nº de Administradores com condições de se aposentar	0	0
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano até 31/12/2020, descontada a parcela das contribuições feitas diretamente pelos administradores	941.355,93	1.101.789,00
Valor total acumulado das contribuições realizadas em 2020, descontada a parcela das contribuições feitas diretamente pelos administradores	166.942,74	160.433,07
Condições de resgate antecipado	Observação abaixo	Observação abaixo

Observação Tabela:

Não há plano de previdência privada para os membros do Conselho de Administração, Fiscal e Comitê de Auditoria Não Estatutário.

OBS: 8 diretores são participantes do plano do tipo "Contribuição Definida" com o nome Naturalprev, que teve início em janeiro de 2008. Para este plano é exigido vinculação mínima de 03 anos para ter direito aos recursos aportados ao plano pela empresa. Somente tem direito aos recursos a partir de 55 anos de idade vinculado à aposentadoria pelo INSS e após desligamento da Companhia.

Após aposentadoria e desligamento da Companhia o diretor empregado (como qualquer outro empregado participante do plano Naturalprev) pode sacar 25% do saldo acumulado em seu nome, sendo o restante convertido em renda mensal por 10, 15 ou 20 anos.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal: **a.** órgão; **b.** número de membros. **c.** valor da maior remuneração individual; **d.** valor da menor remuneração individual; **e.** valor médio de remuneração individual.

A remuneração dos membros efetivos do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria Não Estatutário e do conselho Fiscal é fixa e igualmente fixada para todos os membros efetivos eleitos, não havendo tal variação.

Abaixo as informações relativas à remuneração da Diretoria:

Diretoria Executiva	2021**	2020	2019	2018
Valor da maior remuneração anual R\$	1.025.435	1.025.435	793.193	1.218.650
Valor da menor remuneração anual R\$	227.138	227.138	177.685	276.171
Valor médio da remuneração anual R\$	460.171	460.171	422.253	490.800

OBS: Os valores indicados incluem benefícios de qualquer natureza.

**Proposta. Manutenção dos valores do ano anterior

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as conseqüências financeiras para o emissor.

Não se aplica. Tais hipóteses não são previstas na política de remuneração da companhia.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não se aplica. Tais hipóteses não são previstas na política de remuneração da companhia.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não há.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não há pagamento de valores aos administradores que não estejam relacionados às funções que exerçam na administração da Companhia.

13.16. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

A Companhia não possui empresas controladas.

Aqueles membros do Conselho Fiscal da CEG que também ocupam cargos de conselheiros fiscais na CEG RIO S/A, empresa que está sob o controle do mesmo grupo controlador da CEG, recebem remuneração pelo exercício daquele cargo, como abaixo descrito.

Remuneração do Conselho Fiscal CEG RIO S/A*			
Global Ano			
2018	2019	2020	2021**
258.474,66	268.167,46	268.167,46	268.167,46

* Total de 05 membros **Proposta

Aqueles membros do Conselho de Administração que também ocupam cargos de conselheiros de administração na CEG RIO S/A, empresa que está sob o controle do grupo controlador da CEG, recebem remuneração pelo exercício daquele cargo, como abaixo descrito.

Remuneração do Conselho de Administração CEG RIO S/A*			
Global Ano			
2018	2019	2020	2021**
361.864,52	375.434,44	375.434,44	375.434,44

* Total de 07 membros **Proposta

13.17. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

A remuneração global do Comitê de Auditoria Não Estatutário é aprovada na AGO integrando a remuneração global da administração, observados os critérios apontados nos itens informados anteriormente.

Assim, é proposta a fixação do montante de R\$ 278.216,60 para remuneração global anual dos membros efetivos do Comitê de Auditoria não Estatutário da Companhia.

Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia **CEG**

Informações relativas aos comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, em cumprimento ao artigo 9º, III, da Instrução Normativa CVM nº 481/2009.

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

- condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2018, possível observar uma recuperação da economia, embora ainda lenta, com um aumento de 1,1% do PIB frente a 2017, e um índice de desemprego ainda elevado, em 12,3% ao final de 2018.

Nova redução da taxa básica de juros SELIC, de 7% para 6,5% no ano, representa novo recorde, atingindo o menor nível histórico. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice oficial que mede a inflação no país, sofreu um pequeno aumento frente a 2017 fechando em 3,75%, porém dentro da meta do Governo.

Apesar de controlada, a inflação foi impactada pela disparada dos preços dos combustíveis e custo dos transportes, fatos que culminaram na greve dos caminhoneiros, que durou 11 dias, no final de maio de 2018, paralisou o país e resultou no

desabastecimento de alimentos, elevando os preços também de diversos itens de hortifrúti, afetando a produção, o consumo e assim o PIB de 2018.

O dólar atingiu altas históricas ao longo do ano, mas fechou cotado a R\$ 3,90. Em um contexto otimista do mercado, o Ibovespa fechou o ano com alta de 15%, cotado a 87.887,26 pontos.

No setor de óleo e gás, a produção total de petróleo no país informada no Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural, emitido pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), em dezembro de 2018, foi de 944,1 milhões de barris, com média diária de 2.586 Mbb/d, apresentando uma redução de 1% em relação a produção de petróleo realizada em 2017. Já a produção de gás natural, em 2018, correspondeu a 40,8 bilhões de m³, com média diária de 111 MMm³/d. Neste caso, apresentando um aumento de 1% em relação a 2017.

De acordo com a Abegás (Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado), o volume total de gás natural consumido no país em 2018, com média de 64 milhões de m³/dia, foi 2,8% inferior ao volume consumido em 2017. Essa redução foi impactada pelo menor consumo das termelétricas (menos 11,4% frente a 2017), especialmente a partir de outubro de 2018, após a decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) de desligar as termelétricas despachadas fora da ordem de mérito.

Em todo o país, todos os demais segmentos consumiram volumes de gás acima do registrado em 2017. A indústria registrou um crescimento de 4,3% no consumo nacional frente a 2017, apontando para uma recuperação do setor. O consumo de gás natural veicular (GNV) apresentou aumento de 12,25% em 2018, favorecido pelo aumento frequente dos valores dos outros combustíveis e pela greve dos caminhoneiros, que causou escassez dos demais combustíveis e acabou por favorecer o aumento de conversões de veículos para o gás natural e, conseqüentemente, o aumento das vendas do setor. No comércio, o consumo nacional teve uma alta de 7,94%. O desempenho do consumo de gás residencial mostra um incremento de 7,05% e na cogeração de energia o aumento correspondeu a 7,28% frente a 2017.

Em 2019, O Produto Interno Bruto – PIB cresceu 1,1% em 2019. O índice se manteve estável com relação a 2018 frustrando o crescimento esperado para o ano. Isso demonstra uma recuperação da economia, ainda em ritmo lento.

A taxa de desemprego caiu de 12,3%, em 2018, para 11,9%, em 2019 (variação de apenas -0,4%), o que contribui para a lenta recuperação da economia.

A taxa básica de juros SELIC fechou o ano de 2019 em 4,5%, atingindo nova mínima histórica. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice oficial que mede a inflação no país, sofreu discreto aumento passando de 3,75%, em 2018, para 4,31%, em 2019. Superou a meta (4,25%) do Governo, contudo ficou dentro do limite previsto pelo Conselho Monetário Nacional (entre 2,75% e 5,75%).

O dólar acumulou alta de 3,5% em 2019 fechando o ano cotado a R\$ 4,0098. A guerra comercial entre Estados Unidos e China, o cenário político na América do Sul, a queda da taxa SELIC, além das dificuldades de articulação política entre os poderes Executivo e Legislativo, foram fatores que impactaram a cotação da moeda.

No setor de óleo e gás, a produção total de petróleo no país - informada no Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural, emitido pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) - foi de 1,299 bilhão de barris em dezembro de 2019, com média diária de 2,787 Mbb/d, resultando num acréscimo de 7,78% em relação à produção de 2018. Já a produção de gás natural, correspondeu a 122,53 MMm³/d registrando um aumento de 9,46% em relação a 2018.

De acordo com a Abegás (Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado), o volume médio total de gás natural consumido no país em 2019 foi 0,97% superior ao volume consumido em 2018, mantendo-se estável. A média de consumo no país foi de 64,626 milhões de m³/dia frente a 64,007 milhões de m³/dia, em 2018.

O consumo das termelétricas, ainda segundo a Abegás, subiu 3,25% no ano, alcançando 23,89 milhões de m³/d. Já as vendas para o segmento industrial se mantiveram estáveis com ligeira queda de 0,96%, para 27,97 milhões de m³/d. O consumo do mercado convencional chegou a 40,72 milhões de m³/d em 2019, apenas 0,3% abaixo dos 40,86 milhões de m³/d de 2018. O destaque positivo foi o crescimento das vendas para o mercado de GNV, com aumento de 3,24%, alcançando 6,056 milhões de m³/d em 2019.

Em 2020, o ano iniciou com atmosfera positiva, motivada pela expectativa de recuperação econômica, fundamentada na conclusão da reforma previdenciária em 2019 e no andamento da reforma tributária. Contudo, já no final do primeiro trimestre, o reconhecimento da pandemia causada pelo Coronavírus e as medidas adotadas para a contenção do contágio da doença mudaram os rumos da economia e gestão da saúde, não só no Brasil, mas em todo o mundo. O cenário mudou drasticamente para um clima de incertezas, trazidas pelo desconhecimento da doença, seus efeitos e forma de tratamento. A busca por uma vacina tornou-se urgente. Os perfis de consumo, de trabalho e de prestação de serviço foram adaptados ao necessário isolamento social adotado para frear o avanço da doença e impedir o colapso dos hospitais. Somente após cerca de 8 a 10 meses as atividades econômicas, especialmente comércio e serviços, tiveram retorno gradativo com a reabertura dos estabelecimentos, determinada por planos definidos pelos governos estaduais.

Com a conseqüente desaceleração da economia, a bolsa de valores atravessou 2020 numa verdadeira montanha russa. Em março, o Ibovespa despencou sofrendo uma desvalorização de cerca de 45%, chegando a cerca de 60 mil pontos. Nos meses seguintes, após pacote de medidas adotadas pelo Governo Federal, incluindo benefícios sociais, o Ibovespa apresentou recuperação, voltando a cair entre agosto e outubro. A recuperação só veio em novembro, mas com força total, especialmente após as notícias sobre o avanço do desenvolvimento de vacinas e eleição de Joe Biden à presidência dos Estados Unidos. Em meados de dezembro, o índice já havia retornado aos patamares pré-crise (média de 115 mil pontos) recuperando todas as perdas do ano. O Ibovespa fechou 2020 em 119.017 pontos. A valorização no ano foi de 2,92%. O Produto Interno Bruto – PIB sofreu uma retração de - 4,1% em 2020, após ter apresentado aumento de 1,1% em 2019. Essa redução em 2020 ficou um pouco abaixo da expectativa do Governo (- 4,7%) e contrariou a expectativa do mercado financeiro (- 6,1%), diante da crise econômica e sanitária causada pela Covid-19. A taxa média anual de desemprego, por sua vez, subiu de 11,9%, em 2019, para

13,5%, em 2020, obviamente impactada pelas medidas de isolamento necessárias, adotadas no decorrer da pandemia. Assim, os setores mais afetados foram os de serviços e comércio, com o fechamento de estabelecimentos e até o encerramento de atividades que não conseguiram se manter. A taxa básica de juros SELIC fechou o ano de 2020 em 2,00%, atingindo mais uma nova mínima histórica. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice oficial que mede a inflação no país, teve um aumento de 4,31%, em 2019 para 4,52%. Superou o centro da meta (4,0%) do Governo, contudo ficou dentro do limite previsto pelo Conselho Monetário Nacional (entre 2,5% e 5,5%). O dólar acumulou alta de 29,33% em 2020 fechando o ano cotado a R\$ 5,1967. A queda da taxa SELIC, os impactos da pandemia pela Covid-19 na atividade econômica, inclusive com redução de investimentos estrangeiros, além das dificuldades de articulação política entre os poderes Executivo e Legislativo, foram fatores que impactaram a cotação da moeda.

No setor de óleo e gás, a produção total de petróleo no país - conforme o Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural, emitido pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) - foi de 2,94 MMbbl/d (milhões de barris por dia), resultando num aumento de 5,55% em relação à produção de 2019. A produção de gás natural, alcançou uma média de 127 MMm3/d (milhões de m3 por dia), registrando um crescimento de 4,1% frente ao ano anterior. A produção total acumulada de petróleo foi 1,073 bilhão de barris de petróleo e 46,5 bilhões de metros cúbicos de gás natural, totalizando uma produção de 1,365 bilhão de barris de óleo equivalente. A maior parte da produção foi proveniente dos campos do pré-sal que representa em média 68,6% da produção nacional, em barris de óleo equivalente. Já a produção do pós-sal e terrestre representam em média 25,4% e 6%, respectivamente, do total produzido no país também em barris de óleo equivalente. Em 2020, o Estado do Rio de Janeiro ampliou a sua participação na produção nacional de petróleo em 9,1 pontos percentuais em relação à 2019. De acordo com a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), o volume médio total de gás natural consumido no país em 2020 foi -8,66%, inferior ao volume consumido em 2019. A média de consumo no país foi de 59,030 milhões de m3/dia, frente a 64,626 milhões de m3/dia, em 2019. O consumo do mercado convencional (indústria, GNV, residencial e comercial), foi impactado pela pandemia em todos os segmentos, exceto no residencial, chegando a um total de 32,82 milhões de m3/dia em 2020. Assim ficou -9,84% abaixo dos 36,40 milhões de m3/dia consumidor em 2019. Na variação por segmento, observa-se uma redução do consumo de gás em -8,45% pela indústria; -17,7% no GNV; um aumento de +9,55% de consumo pelas residências e uma redução significativa de -25,84% no mercado comercial. Já o consumo das termelétricas sofreu uma redução de 6,31% frente a 2019, somando um total de 22,39 milhões de m3/dia em 2020.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Em 2020 não houve alteração no quadro societário da Companhia. Em 31 de dezembro o capital social era representado por 259.637.732 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, mantidas as proporções das propriedades dos acionistas, conforme quadro abaixo:

Acionista	Participação no capital social (%)
Naturgy Distribución Latinoamérica S.A	54,16
BNDES Participações S.A – BNDESPAR	34,56
Fundo em Investimento em ações Dinâmica Energia	8,78
Pluspetrol Energy Sociedad Anônima	2,26
Demais acionistas	0,23
Ações em tesouraria	0,0047
Total	100

Não foram emitidas ações nos últimos três exercícios sociais, sendo mantida a mesma configuração acionária (mesmos acionistas), todas ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

i. hipóteses de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas. Por uma determinação judicial a companhia efetuou a recompra de ações de um acionista, que foram mantidas em tesouraria.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

As necessidades de caixa são supridas e administradas com empréstimos e financiamentos principalmente de médio e longo prazo com entidades financeiras. Os compromissos financeiros assumidos em relação a essas operações de empréstimos e financiamentos são cobertos parte pela geração de caixa da Companhia e parte por novos financiamentos contratados, em substituição as operações de empréstimos e financiamentos que vencem.

O endividamento da empresa em 2018 era de 41%; em 2019 passou para 52% e em 2020 passou para 50%. Ao longo de 2020, a empresa manteve a estrutura de financiamentos necessários à realização dos seus investimentos e cumprimento de suas obrigações. Apesar do cenário adverso atravessado no ano, impactado pelos efeitos da pandemia, a Companhia adotou medidas conservadoras visando a proteção do caixa, com a captação de recursos e a renovação de linhas de crédito que tinham vencimento no curso de 2020. Neste sentido, a Companhia não enfrentou dificuldades em função de sua solidez e da boa classificação de risco avaliada pelo mercado.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital nos patamares que a administração julga adequados, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Capital de giro: Operações de linha de crédito servem para financiamento de capital de giro sendo renegociadas durante o ano e não tem garantias oferecidas e cláusulas de *covenants*.

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas que são revisadas em diferentes datas durante o ano.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As necessidades de caixa são supridas e administradas com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras. A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinarçar seus empréstimos e financiamentos, bem como para a captação de novos recursos junto as instituições bancárias.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Empréstimos e financiamentos		
Linhas de crédito	1.175.140	999.618
	1.175.140	999.618
Total do passivo		
Circulante	415.629	101.395
Não circulante	759.511	898.223
	1.175.140	999.618

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização nas operações da Companhia, principalmente nos projetos de conversão de rede e de obtenção de novos clientes. A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada (em milhares de reais): FN(*) Financiamento; LC(*) Linha de Crédito

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada (em milhares de reais):

	Indexadores	Data da Operação	Vencimento	Lc (*)	31/12/2020		31/12/2019	
					Curto Prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo Prazo
Banco Bradesco S.A.	CDI +1,2503%	05/09/2018	20/05/2021	100%	51.037	-	2.163	50.000
	CDI+1,2503%	05/10/2018	03/06/2022	100%	3.055	160.000	6.430	160.000
	CDI+1,20%	18/03/2019	19/08/2022	100%	2.824	100.000	5.623	100.000
	CDI+1,20%	03/05/2018	16/04/2021	100%	51.217	-	2.459	50.000
	On Demand	On Demand	On Demand	100%	-	-	6.685	-
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.	CDI+4,95%	13/04/2020	08/04/2021	100%	(a) 31.577	-	-	-
	CDI+1,15%	07/08/2019	07/08/2023	100%	1.812	150.000	3.874	150.000
Banco Santander S.A.	CDI+0,95%	14/11/2019	14/11/2022	100%	358	99.319	120	98.749
	CDI+4,81%	24/03/2020	24/03/2021	100%	(a) 36.968	-	-	-
ING Bank	On Demand	On Demand	On Demand	100%	-	-	29.173	-
	CDI+4,80%	07/04/2020	06/04/2021	100%	(a) 24.324	-	-	-
Banco Intesa San Paolo	CDI+1,30%	15/06/2018	15/06/2021	100%	50.906	-	1.886	50.000
	CDI+3,90%	20/04/2020	15/04/2021	100%	31.289	-	-	-
Banco Itaú	CDI+2,75%	08/07/2020	08/07/2022	100%	(b) 908	40.000	41.864	-
	CDI+1,20%	19/09/2019	19/09/2022	100%	386	44.800	126	106.000
Banco Scotiabank	CDI+0,95%	14/11/2019	14/11/2022	100%	379	105.392	779	43.474
	CDI+3,05%	23/03/2020	23/03/2021	100%	(a) 46.774	-	-	-
Banco Scotiabank	CDI+3,95%	06/04/2020	06/04/2021	100%	(a) 51.670	-	-	-
	CDI+1,05%	11/12/2019	12/01/2023	100%	119	60.000	166	60.000
	CDI+1,25%	18/06/2018	21/06/2021	100%	30.026	-	47	30.000
					415.629	759.511	101.395	898.223

(a) Novas operações realizadas durante o exercício de 2020.

(b) Operações repactuadas durante o exercício de 2020.

(*) Lc - Linha de crédito.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	2020	2019
2021	-	180.000
2022	549.511	508.223
2023	210.000	210.000
	759.511	898.223

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Vide ordem apontada no item (i) acima.

- iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não há limitações para o nível de endividamento da companhia, para distribuição de dividendos, para alienação de ativos, emissão de valores mobiliários ou alienação do controle societário, seja em estatuto ou em acordos de acionistas. Contudo há as seguintes regras:

- A assunção de obrigações que envolvam valores acima de R\$ 16 Milhões depende de autorização do Conselho de Administração (valores abaixo desse limite são de competência da Diretoria devendo ser representada por dois Diretores na formalização do ato);
- Os dividendos devem ser fixados em no mínimo 25% do lucro líquido do exercício (após dedução do IR e prejuízos acumulados), sem limitação de valor máximo;
- A alienação de bens do ativo permanente depende de aprovação do Conselho de Administração;
- A emissão de valores mobiliários depende de aprovação da Assembleia de Acionistas, que pode delegar tal competência ao Conselho (sobretudo a emissão de debêntures);
- A alienação do controle societário depende da autorização do poder concedente.

- g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não há contratação de financiamentos com limite de utilização.

- h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Conta de Resultados (R\$ mil)	2020	2019	Varição (R\$)	Varição (%)
Receita líquida das vendas e serviços	3.184.991	4.631.112	-1.446.121	-31,23%
Lucro bruto	1.045.847	1.068.546	-22.699	-2,12%
Lajida (Ebitda)	750.778	730.418	20.360	2,79%
Lucro operacional	611.788	597.924	13.864	2,32%
Lucro líquido do exercício	352.075	372.918	-20.843	-5,59%
Margem Bruta	32,84%	23,07%		

10.2. Os diretores devem comentar:

- a. resultados das operações do emissor, em especial:
 - i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas são compostas, sobretudo, pela margem das vendas de gás, cujo custo de aquisição para distribuição é fixado por meio de contrato de longo prazo de suprimento de gás firmado com a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás.

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS para uso convencional ("CONTRATO"), assinado em 18 de julho de 2008. Em 01 de junho de 2017 foi firmado o aditivo nº 12 ao contrato vigente de fornecimento de gás com a Petrobras, com prazo de vigência até 31/12/2021, visando aumentar as Quantidades Diárias Contratuais – QDC para alinhar as retiradas de gás junto aos compromissos contratuais. O contrato firmado com a Petrobras foi aditado, prolongando sua vigência por mais 2 anos. Essa medida estava prevista nos contratos vigentes, mediante apresentação, por parte da Petrobras, de nova cláusula de preços de gás. Tendo em vista que a proposta de alteração de preço apresentou redução em relação à precificação vigente, as concessionárias optaram por ajustar suas quantidades contratuais e aditar o contrato. O contrato de suprimento de gás firmado com a Petrobras tem vigência até 31/12/2021.

- ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Conforme contrato de concessão do serviço de distribuição de gás natural canalizado na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (área de concessão da CEG), as tarifas cobradas sofrem revisões quinquenais, por meio de procedimentos junto à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA.

Em **2018**, não se verificou grandes alterações no cenário econômico frente a 2017, mantendo-se uma recuperação da economia ainda bastante lenta. As vendas médias diárias totais de gás natural atingiram 11.515,80 m³/dia, apresentando uma redução - 11,91%, frente a 2017, quando somaram 13.072,30 Mil m³/dia. Essa redução decorreu principalmente em razão da queda das vendas para geração elétrica (-19,33%), conforme decisão do governo de reduzir o acionamento de termelétricas no curso de 2018. As vendas para o segmento industrial tiveram um recuo de -4,11% frente ao ano anterior, reflexo da importante redução no número de clientes (-41) no ano. Dos dez principais setores atendidos neste segmento na área de concessão da empresa, apenas Fundição/Siderurgia e Metalurgia apresentaram aumento do consumo de gás natural. As vendas totais para o comércio também sofreram uma redução, e neste caso, de -5,80%, frente a 2017, apesar do aumento total do número de clientes nesse segmento. E isso porque embora a empresa tenha passado a atender a novos 284 pequenos comércios, deixou de atender clientes comerciais de grande porte. O segmento residencial manteve o mesmo volume de crescimento observado em 2017 com um incremento de 1,23% em 2018, resultado principalmente do aumento do número de clientes residenciais no ano (14.114). Destaque para as vendas do segmento GNV que em 2018 apresentaram um aumento de 8,14% frente a 2017, melhorando o resultado das vendas convencionais no ano. Além de uma tarifa mais competitiva, a partir de 2014, e a ligação de mais 6 novos postos, o frequente aumento dos demais combustíveis favoreceu este resultado. Além disso, a greve dos caminhoneiros, que durou 11 dias no final do mês de maio, causou a escassez dos demais combustíveis no Rio de Janeiro, naquele período, favorecendo as vendas e estimulando as conversões dos veículos para o GNV. O gás natural veicular é distribuído por rede de gasodutos e por isso não sofreu impacto de abastecimento pela ação da greve dos caminhoneiros. Nem mesmo os municípios atendidos por GNC deixaram de ser abastecidos pela empresa. Atualmente são abastecidos 465 postos de GNV na região metropolitana do Rio de Janeiro. A empresa atingiu, em 2018, o total de 954.631 clientes, passando a atender a mais 14.333 novos clientes de todos os seguimentos em sua área de concessão, o que representa um aumento de 1,52% frente a 2017, quando o total de clientes era de 940.298. Esse aumento é resultado do esforço na captação de novos clientes tanto nas áreas já consolidadas, onde a empresa já possui rede de gás natural canalizado, como através da expansão de sua rede. O aumento líquido do número de clientes se deu em maior parte no segmento residencial, com um total de 14.114 novos clientes, seguido pelo segmento comercial que passou a atender a mais 254 clientes em 2018. No ano, também se observou um acréscimo de postos de GNV, num total de 6 novos postos abastecidos. No mercado industrial a empresa deixou de atender a 41 clientes, reduzido o total de indústrias de 300, em 2017, para 259 em 2018, reflexo ainda da crise econômica enfrentada desde o final de 2014 e a crise financeira do estado do Rio de Janeiro.

Em **2019**, novamente não se verificou grandes alterações no cenário econômico frente a 2018, inclusive com a manutenção do PIB em 1,1%, como no ano anterior. Assim, não se verificou crescimento econômico não favorecendo o consumo de gás pelos mercados atendidos pela Companhia. Apenas o segmento GNV teve incremento nas vendas frente ao ano anterior. As vendas médias diárias totais de gás natural atingiram 10.319,1 Mil m³/dia, apresentando uma redução de -10,39%, frente a 2018. Essa redução decorreu principalmente em razão da queda das vendas para geração elétrica (-20,82%). Apesar desse cenário, a Companhia atuou na captação de clientes, que teve um incremento de 9.325 novos clientes na sua área de concessão. O Governo Federal criou o Programa do Novo Mercado de gás que vem ainda se desenhando. Com a criação desse novo programa no âmbito federal, tornam-se necessárias adequações das regulações estaduais às mudanças implementadas no programa. Desta forma, a Companhia vem acompanhando as modificações implantadas no âmbito do Governo do Estado, inclusive por atuação da agência reguladora estadual, a AGENERSA. Neste contexto, a distribuidora tem atuado em conjunto com a agência reguladora, o Governo do Estado e outros atores do mercado carioca, visando possibilitar a abertura do mercado, de forma transparente, visando a garantia da segurança jurídica e o cumprimento do Contrato de Concessão. As principais regras

que constam da regulamentação da AGENERSA são, dentre outras, a definição de critérios de enquadramento de agentes livres, procedimentos para aquisição de gás pela distribuidora por meio de chamamentos públicos e regras e formas de remuneração relacionadas gasodutos dedicados. A Deliberação da AGENERSA ainda está em fase de julgamento de embargos interpostos por todos os agentes do mercado, inclusive, pela distribuidora.

Em **2020**, no final do primeiro trimestre, o reconhecimento da pandemia causada pelo Coronavírus e as medidas adotadas para a contenção do contágio da doença impactaram significativamente a economia no Brasil e no mundo. A taxa básica de juros SELIC fechou o ano em 2,00% (nova mínima histórica). O IPCA aumentou de 4,31% em 2019 para 4,52%. O PIB sofreu uma retração de - 4,1%. A taxa média anual de desemprego subiu de 11,9% em 2019 para 13,5% em 2020. O resultado de todos esses indicadores impactou no endividamento das famílias e aumento do inadimplimento. O Governo do Estado do RJ determinou a suspensão do corte de fornecimento de gás, por inadimplência, durante o período de crise, excetos nos casos de emergência (como escapamento), pela necessidade de garantir a segurança da prestação do serviço. O Companhia realizou campanha de parcelamento de dívidas, possibilitando a quitação de débitos em até 12 parcelas. Em acordo com a Petrobras e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais do Rio de Janeiro, foi garantida a flexibilização dos contratos de compra de gás natural, permitindo que as indústrias pagassem somente pelo gás consumido e não pelos volumes contratados. Não houve cobrança de penalidades contratuais decorrentes da redução da demanda provocada pela Covid-19. Os setores mais afetados foram os de serviços e comércio, com o fechamento de estabelecimentos. Nesse cenário de recessão econômica, as vendas médias diárias totais de gás natural da Companhia atingiram 8.647,8 Mil m3/dia, apresentando uma redução de -16,2%, frente a 2019, quando somaram 10.319,1 Mil m3/dia. O mercado convencional foi afetado apresentando redução de 12,2% das vendas frente a 2019. Essa redução foi puxada principalmente pela queda das vendas para os segmentos comercial (-33,2%) e GNV (-16,8%). Contudo, devido ao isolamento social, restrições de circulação de pessoas em vias públicas e adoção do sistema de trabalho em home office por um grande número de empresas, o mercado residencial apresentou aumento de 9,4% nas vendas frente a 2019. Mas, a maior queda das vendas foi para a Geração Elétrica (-19,3%), devido a menor demanda de energia em função da redução da atividade econômica impactada pela pandemia. Até o final de 2020 a Agência Reguladora ainda não tinha julgado os embargos interpostos por todos os agentes do mercado com relação as novas regras sobre a abertura do mercado de gás. A Agência também não tinha concluído a 4ª. Revisão Quinquenal de Tarifas para fixação das tarifas da Companhia relativas ao ciclo 2018-2022. Somente em 10 de março de 2021 o processo da revisão tarifária foi julgado, sendo determinada pela Agência a redução de 13,47% das margens de distribuição da Companhia, por meio da publicação da Deliberação 4.198/2021 no dia 24 de março. Contudo, no dia 25 de março a Companhia foi Oficiada pela Agência que comunicou sobre a suspensão dos efeitos da Deliberação 4.198/2021, a qual, de toda forma, ainda é passível de recurso administrativo e também na via judicial.

- b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Todas as variações são informadas no item seguinte, destacando-se que não houve introdução de novos produtos e serviços.

- c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Em **2018**, com a lenta recuperação da atividade econômica e com os sinais consistentes do controle e da redução da inflação, o Banco Central manteve a política monetária de redução da taxa Selic, passando a taxa de 7,00% para 6,50%, em 2018. Embora a empresa tenha reduzido os custos com a dívida, foi necessário registrar, ao longo de 2018, contingências de processos judiciais que impactaram o resultado. Assim, o resultado financeiro apresentou, em 2018, o valor negativo de R\$ 161.778 mil, frente ao valor negativo de R\$ 106.443 em 2017.

Em **2019**, com a discreta retomada da atividade econômica e com os sinais consistentes do controle da inflação, o Banco Central manteve a política monetária de redução da taxa Selic, passando a taxa de 6,50% para 4,50%, em 2019. Assim, a Companhia apresentou em 2019 um menor custo financeiro impactado principalmente pela redução da taxa Selic. O resultado financeiro apresentou, em 2019, o valor negativo de R\$ 51.374, frente ao valor de R\$ 182.455 em 2018. O endividamento da empresa, que era de 37% em 2018, passou para 52%, em 2019 principalmente em razão da aprovação da reversão de parte das reservas em dividendos adicionais, favorecendo a remuneração dos acionistas, sem impactar de forma relevante a gestão do endividamento.

Em **2020**, o Banco Central manteve a política monetária de redução da taxa Selic, que foi reduzida de 4,50% para 2,00%, permanecendo no novo patamar mínimo histórico até o final do ano. Novamente o custo financeiro da Companhia foi beneficiado pela redução do índice. O resultado financeiro apresentou, em 2020, o valor negativo de R\$ 90.491 (expurgado o JCP), frente ao valor de R\$ 51.374 em 2019. O endividamento da empresa passou para 50%, em 2020. Apesar do cenário adverso atravessado no ano, impactado pelos efeitos da pandemia, a Companhia adotou medidas conservadoras visando a proteção do caixa, com a captação de recursos e a renovação de linhas de crédito que tinham vencimento no curso de 2020. Neste sentido, a Companhia não enfrentou dificuldades em função de sua solidez e da boa classificação de risco avaliada pelo mercado.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional

Entre **2015 e 2020** não houve introdução ou alienação de segmento operacional pela Companhia.

- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2020 não houve alteração no quadro societário da Companhia, não sendo realizada as operações indicadas neste item.

- c. eventos ou operações não usuais

Entre **2015 e 2020** não houve eventos ou operações não usuais.

10.4. Os diretores devem comentar:

- a. mudanças significativas nas práticas contábeis

A seguir indicamos a alteração da norma que foi adotada pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020:

Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que esta não possui relações de hedge de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras e nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

A pronunciamiento revisado alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia

- b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Eventuais efeitos estão descritos no item anterior.

- c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases no parecer dos auditores independentes.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Reconhecimento da receita de venda de gás não faturada

Para a mensuração da receita pela venda de gás não faturada são efetuadas estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 7, a receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$130.888 (R\$202.933 em 31 de dezembro de 2019).

b) Provisão para perdas de crédito esperadas

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber.

c) Provisão para contingência

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

d) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo esses mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando: a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv. contratos de construção não terminada; v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos; b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, não se aplicando à Companhia as hipóteses descritas nesse item.

- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A administração da Companhia é responsável pelo planejamento, pela implantação e pela operação dos sistemas contábil e de controles internos. No cumprimento dessa responsabilidade, ela faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação dos procedimentos de controle interno.

O objetivo do sistema de controle interno contábil é proporcionar à administração uma base para que esta possa assegurar-se de que os ativos estão salvaguardados contra perdas e de que as transações vêm sendo efetuadas mediante autorização, bem como registradas adequadamente para permitir a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A companhia entende que o grau de eficiência é satisfatório tendo em vista os sistemas de controles internos e a existência de uma área específica responsável dentro da companhia.

- b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Em conexão com o exame das Demonstrações Financeiras da companhia, conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, os auditores independentes procedem ao estudo e à avaliação dos sistemas contábil e de controles internos visando estabelecer a natureza, a oportunidade e a extensão necessárias para a aplicação dos procedimentos de auditoria, a fim de emitir a sua opinião sobre as referidas demonstrações financeiras. Embora não expressem uma opinião ou conclusão sobre os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, apresentam recomendações para o aprimoramento desses sistemas resultantes das constatações feitas no decorrer de seus trabalhos de auditoria.

A administração da companhia, por meio de suas áreas de auditoria interna e de controles internos, observa as recomendações, no sentido de atender aos pontos com os quais concorde, eventualmente implementando ações que visem o atendimento, bem como, numa análise detalhada, justifica eventual entendimento divergente. As recomendações versaram sobre o aprimoramento dos procedimentos contábeis e controles internos relacionados; dos sistemas informatizados e dos procedimentos fiscais e controles internos relacionados.

Ainda está em fase de elaboração pelo auditor externo o Relatório de Recomendações para o aprimoramento dos controles internos, elaborado em conexão com o exame das demonstrações financeiras referente ao ano de 2020. Com a conclusão dos trabalhos a Companhia poderá complementar a informação no seu formulário de Referência.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar: a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor; b. natureza e o propósito da operação; c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não há itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

10.8. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados
- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição;
- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.

Não foram feitas ofertas públicas ao mercado nos últimos 03 (três exercícios).

10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (**off-balance sheet items**), tais como: i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iv. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; v. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; vi. contratos de construção não terminada; vii. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não apareçam em seu balanço patrimonial.

- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica. Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor; b. natureza e o propósito da operação; c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica. Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Prela própria natureza da atividade de uma distribuidora de gás, os investimentos são contínuos e consistem basicamente na massificação da utilização do gás natural dentro do perímetro da concessão (expansão e renovação de rede de gás natural canalizado, na área de concessão determinada no Contrato de Concessão firmado com o Estado do Rio de Janeiro).

Após a conclusão de projetos importantes previstos para o quinquênio 2013-2017 - visando atender a 02 novos municípios, Mangaratiba e Maricá, com GNC no sistema estruturante; e ao projeto de gaseificação do município de Japeri, os quais demandaram grandes investimentos em 2017, chegando a R\$ 274.318 mil – a empresa investiu, em 2018, um total de R\$ 154.099 mil, garantindo a manutenção necessária à segurança da rede de distribuição.

O ritmo dos investimentos operacionais **em 2018** sofreu uma desaceleração (-43,82%) frente a 2017, considerando-se que até dezembro ainda estava em curso o processo de Revisão Tarifária para o quinquênio 2018-2022, por meio do qual será definido o volume de investimentos que a empresa deverá realizar ainda nos próximos 04 anos. Desta forma, foram investidos R\$ 70.294 mil na renovação de redes de gás canalizado locais em 2018, um montante de -42,53% frente a 2017. Na expansão da rede foram investidos R\$ 71.202 mil, valor -34,94% inferior ao investido em 2017. A empresa também reduziu, em 30%, frente a 2017, seus investimentos em TI, Frota e Instalações, somando em 2018 um total de R\$ 12.603 mil.

Em 2019 o processo de Revisão Tarifária ainda se encontrava em curso. A empresa investiu em 2019 um total de R\$ 160.520 mil, garantindo a manutenção necessária à segurança da rede de distribuição. Frente a 2018, o volume de investimentos foi 4,2% superior. A maior parte desses investimentos, no montante de R\$ 85.367 mil, foi destinada a Conservação e Renovação de Redes. O volume destinado a Expansão das redes correspondeu a R\$ 55.891 mil.

Em 2020, conforme descrito anteriormente, a AGENERSA não tinha concluído a 4ª. Revisão Quinquenal de Tarifas para fixação das tarifas da Companhia relativas ao ciclo 2018-2022. Desta forma, no decorrer do ano, os investimentos continuaram concentrados na manutenção da rede da rede, necessária à segurança da rede de distribuição. Além disso, a natureza da atividade de distribuição de gás canalizado depende em grande parte da realização de obras de infraestrutura, sejam elas para a expansão das redes com a construção de novos dutos, sejam para a sua manutenção e conservação. Na maior parte do ano de 2020, por conta da pandemia, foi inevitável a redução do volume de obras. Assim, também em função do cenário de crise sanitária, a Companhia priorizou as obras para manutenção e conservação das redes, visando sobretudo garantir a segurança na distribuição de gás. Assim, a maior parte (quase 60%) dos investimentos realizados no ano, no montante de R\$ 83.842 mil, foi destinada justamente à Conservação e Renovação de Redes. As obras foram realizadas, mesmo durante a pandemia, adotando-se as medidas sanitárias e de segurança necessárias, relativas ao isolamento e distanciamento social, cujas regras foram impostas pelo governo, sobretudo nas esferas municipal e estadual. Os investimentos na Expansão da rede de gás sofreram maior impacto com essa inevitável diminuição no volume de obras ao longo do ano. O montante investido com este objetivo correspondeu a R\$ 43.876 mil, resultando numa diminuição de -21,5% frente a 2019. A empresa investiu em 2020 um total de R\$ 143,1 mil, montante 11% inferior ao total investido em 2019.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Geração de caixa da Companhia, financiamento junto a instituições multilaterais de crédito ou captação de recursos junto à bancos comerciais.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Com a conclusão do projeto de conversão do gás manufacturado para gás natural em 2007, foram desativadas estações de gás manufacturado.

Em **2008**, **2009** e **2011** não houve desinvestimentos.

Em **2010** foi realizado o registro contábil da venda do terreno onde se localizava a filial de Botafogo.

Entre **2012** e **2016** não houve desinvestimentos.

Em **2017** foi concluída a venda de um terreno com 7.132,25 m² localizado no endereço Rua Pedro Jorio, nº 415, Coelho Neto, Rio de Janeiro, a qual foi realizada por meio de leilão eletrônico.

Em **2018** e **2019** não houve desinvestimentos.

- b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Os investimentos anuais previstos para expansão de rede (massificação da utilização do gás natural dentro do perímetro da concessão) englobam a aquisição de equipamentos, tubulações e outros ativos diretamente relacionados à atividade da Companhia, visando a ampliação da capacidade produtiva.

- c. novos produtos e serviços, indicando: i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; iv. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; v. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

* * * * *